
Brasil abomina terrorismo, mas não tem processo de combate

Nesta semana foi publicado o último relatório 2006-2007 sobre o terrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, que apresenta os principais impactos do terrorismo no mundo, seus números, e as relações de Estados em contrapartida à chamada Guerra contra o Terror.

O relatório apresenta impactos surpreendentes em relação à Guerra contra o Terror, e ao mesmo tempo demonstra um avanço do terrorismo, em contrapartida às ações tomadas pelos EUA e seus aliados nesta guerra, inclusive o Brasil.

Em 2006 ocorreram 14.338 ataques conforme o relatório, 25% a mais em relação a 2005, onde boa parte destes ataques esteve concentrado no Iraque e no Afeganistão. O mais problemático da questão e do relatório, está na vertente voltada ao Brasil.

O Departamento de Estado dos EUA aparenta preocupação em relação ao Brasil, conforme sua atuação política no combate ao terrorismo. O Brasil é um país que abomina o terrorismo, mas na prática as ações ainda estão de forma distante do processo e do combate claro ao terrorismo.

O relatório afirma: o Brasil “não deu o apoio político e material necessário para fortalecer as instituições nacionais de luta contra o terrorismo”. E vai mais além, ao demonstrar a preocupação do EUA em relação ao Brasil, pois estão “preocupados com atividades de recolhimento de fundos do Hamas (palestino) e do Hizbollah (libanês) na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai”.

A preocupação tem ampliação, pois o mesmo departamento de Estado entende que o Brasil “considera o Hizbollah um partido político no Líbano e também exerce dificuldades na extradição de estrangeiros”.

A questão do apoio político está de forma clara, pois não existe uma atividade de inteligência forte no país. Os políticos e o governo acham remotos e distantes as questões do terrorismo no país, avaliam de forma errada o impacto do terrorismo na tríplice fronteira, que ao mesmo tempo é um banco de financiamento de ações terroristas espalhadas pelo mundo, como também pode ser foco de planejamento de ações.

O Brasil necessita urgente de um plano emergencial de inteligência e defesa, para por em prática (o que falta muito na Política de Defesa) as ações de proteção do Estado brasileiro.

A atividade de inteligência deve ser potencializada neste momento, pois o terrorismo no mundo só cresce, e o Brasil aparece no cenário como pólo de planejamento e financiamento das ações. Será que em um futuro próximo, isto não pode ser utilizado como justificativa para outras ações de Estados tidos como aliados?

A Tríplice Fronteira deve estar mais guarnecida pelos órgãos de inteligência, principalmente a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), com aparato tecnológico e humano ampliado, apoio maciço das Forças Armadas, principalmente do exército com suas tropas de fronteiras, além de uma aplicação mais forte de nossa Política de Defesa Nacional, e uma revisão das ameaças, ou novas ameaças que interferem

no Estado Brasileiro.

Não podemos estar à mercê de ações de grupos clandestinos que acham que o território brasileiro é um território fraco com um governo frouxo, e um Estado medroso. A política de defesa deve ser colocada em prática em sua totalidade, pois o sistema internacional já aponta para tal questão.

A Amazônia, a questão da água, fronteiras e a tríplice fronteira devem ser questões de interesse e prioridade nacional. O Brasil deve estar mais atento, e os instrumentos para tal atenção são os serviços de inteligência e as forças armadas mais atuantes.

Date Created

08/05/2007